

Área: Economia Regional e Agrícola

O DESEMPENHO DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS GOVERNOS FHC E LULA: UMA ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

William Eufrásio Nunes Pereira

Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Economista. Mestre em Economia; Doutor em Ciências Sociais (UFRN).

End.: Rua Carlos Tavares, 2087, ap. 301-A, Lagoa Nova, Natal, RN, CEP 59076-790

Fone: (84) 98854-8424.

e-mail: willa@ufrnet.br

Ana Cristina dos Santos Moraes

Doutoranda em Economia – UFPA

Mestre em Economia – FRN

Graduada em Economia – UFRN

E-mail: crystynamorays@hotmail.com

Severino Félix de Souza

Mestre em Economia Regional - UFRN

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade – UFCG

severinofelix@hotmail.com

Francisco Danilo da Silva Ferreira

Mestre em Economia Regional - UFRN

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade – UERN

E-mail: ffdanilloferreira@gmail.com

O DESEMPENHO DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS GOVERNOS FHC E LULA: UMA ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo verificar as alterações no padrão locacional do setor industrial no Sudeste e Nordeste do País, durante os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), com a utilização do coeficiente locacional de Hoover. Para a operacionalização do índice, foi utilizado o emprego formal no setor industrial nos anos de 1995, 2002, 2003 e 2010, correspondentes respectivamente aos anos iniciais e finais dos governos FHC e Lula. Os resultados alcançados revelam que houve perdas na indústria no Governo FHC, assim como, a hegemonia na concentração do emprego industrial no Sudeste foi reduzida relativamente nos anos seguintes do seu Governo.

Palavras-chave: Índice do Hoover; Emprego formal, Indústria, Nordeste, Sudeste

Classificação JEL: R12

ABSTRACT: This paper aims to determine the changes in locational pattern of industry in the Southeast and Northeast of the country, during the Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), using the locational coefficient Hoover. The operationalization of the index, formal employment in the industrial sector in 1995, 2002, 2003 and 2010, corresponding respectively to the initial and final years of FHC and Lula was used. The results obtained show that there were no losses in the industry during the Cardoso government, as well as leadership in the concentration of industrial employment in the Southeast was relatively reduced in the following years of his government.

keywords: Hoover's Index; Formal employment, Industry, Northeast, Southeast

O DESEMPENHO DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS GOVERNOS FHC E LULA: UMA ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO NAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

1. INTRODUÇÃO

As diversas teorias da localização industrial (Von Thünen, Weber, Perroux, Lösch, Christaller, etc.) ao longo do tempo, apontaram inúmeros fatores que determinariam a localização de uma indústria, dentre estes fatores pode-se citar: a dotação de fatores, as economias de escala e as economias externas. No Brasil, o padrão de distribuição geográfica das atividades industriais seguiu o padrão mundial. Inicialmente, ocorreu uma forte concentração da atividade industrial na região sudeste do País, em específico no estado de São Paulo, para em um segundo momento ocorrer uma desconcentração, em direção às áreas periféricas do País, promovidas por políticas econômicas engendradas no intuito de diminuir as desigualdades regionais. Essas políticas econômicas caracterizavam-se principalmente pelo aumento no investimento em setores econômicos importantes para geração de emprego e renda na periferia.

No entanto, é preciso destacar, que as inversões realizadas nas áreas periféricas possuíam aspectos complementares a indústria da região sudeste e, mais especificamente, a indústria paulista. Os benefícios das referidas inversões se concentraram nas áreas mais dinâmicas das regiões periféricas, em especial nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. A Aludida política de desconcentração foi desenvolvida até finais da década de 1970, contribuindo para a desconcentração produtiva até meados da década de 1980 (CAIADO, 2002), como também, prolongando o crescimento econômico, mesmo em um período de crise (CANO, 2007), sendo estes dois fenômenos fruto do amadurecimento dos investimentos do II PND.

Entretanto, a crise iniciada em 1973 (1º choque do petróleo) e agravada em 1979, com a segunda crise do petróleo, pela elevação da taxa de juros norte-americana, exerceu efeitos perversos sobre os países subdesenvolvidos, dentre estes o Brasil. De acordo com Cano (2007, p. 10) “o efeito imediato foi o corte substancial do financiamento externo”, se desdobrando no agravamento dos indicadores macroeconômicos. Diante disto, o estado brasileiro passa a apresentar limitações financeiras, inviabilizando a realização dos investimentos públicos. Cano (2007, p.11) mostra que “essa conjunção fez com que diminuísse a ação do estado no plano nacional e regional e também debilitasse o investimento privado”. Desta forma, o estado brasileiro se esvaziou, ocorrendo segundo Caiado (2002, p.113) uma “desarticulação dos mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional”.

A década de 1980, considerada por muitos como a década perdida, devido à grande crise socioeconômica vivida pelo país, está vinculada diretamente ao processo de endividamento externo, que serviu como elemento impulsionador do desenvolvimento econômico brasileiro na década de 1970. A origem da crise capitalista brasileira, na década de 1980, encontra-se na década anterior e na crise do capital. Com a exigência dos países desenvolvidos do pagamento dos juros pelos países do terceiro mundo, o Brasil reduziu a taxa de investimento para alocar recursos para o pagamento da dívida. Não apenas reduziu os investimentos em infraestrutura, energia etc, mas reduziu também os investimentos em saúde,

educação, moradia, entre outros. A necessidade de pagamento da dívida impôs ao Brasil uma forte recessão, na qual procurava-se ampliar as exportações e diminuir as importações, visando a arrecadar recursos para o pagamento da dívida externa. O fim da década de 1980 foi profundamente marcado por uma situação econômica caótica em virtude da instalação de um processo hiperinflacionário, concomitantemente ao crescimento abrupto da dívida pública, que atingia 12,4% do PIB brasileiro. A dívida pública, em conjunto com a hiperinflação, expandia-se assustadoramente através de uma espiral de preços, salário e juros, acelerada pela forte indexação existente na economia brasileira.

A década de 1990 foi marcada pela ruptura com o paradigma nacional-desenvolvimentista das décadas anteriores, as políticas de desenvolvimento regional e de redução das disparidades regionais esvaecem da agenda do estado brasileiro, haja vista que o mesmo adotara o receituário neoliberal, o qual preza pela ideia do estado mínimo. Diante disto, a falta de políticas nacionais de desenvolvimento regional conduzido pelo governo central, induziu às unidades subnacionais, em especial os estados, a executarem políticas de isenção fiscal e financeira, suscitando uma disputa por investimentos privados, principalmente industriais.

As políticas estaduais de desenvolvimento industrial ficaram resumidas à guerra fiscal entre as unidades da Federação, guerra fiscal, travada mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, normalmente relacionados ao ICMS. As renúncias fiscais, vistas como “investimentos” por parte dos concedentes, deterioraram as condições financeiras, já fragilizadas pelo endividamento, dos estados e municípios.

Na década de 1990, na busca por investimentos privados, os estados utilizaram, segundo Brito e Bonelli (1997), seis benefícios fiscais relacionados ao ICMS:

- a) isenção do ICMS para novas empresas sem produto similar no estado e durante determinado período;
- b) isenção ou redução do ICMS pra as micros e pequenas empresas;
- c) redução de alíquotas de ICMS (para situações e produtos específicos);
- d) prorrogação dos prazos de recolhimento do ICMS;
- e) utilização dos mecanismos de diferimento (recolhimento postergado do ICMS); e,
- f) utilização do crédito presumido (por estimativa do ICMS).

Esses mecanismos, somente com raras exceções, não foram utilizados pelos estados no Brasil. Alguns estados, como a Bahia e a Paraíba, utilizaram quase todos simultaneamente. Outros tipos de benefícios não relacionados ao ICMS também foram utilizados destacando-se os estímulos para infraestrutura (venda de lotes e galpões, locação de máquinas e equipamentos, doação de áreas etc.), as concessões financeiras (aquisição de ativos fixos, composição acionária etc.) e, ainda, incentivos como a simplificação do processo de registro de empresas, a assistência técnica na elaboração de projetos, os programas de formação e capacitação etc.

Nesse contexto de conflito federativo, alguns estados deram ênfase às questões tecnológicas na concessão dos incentivos, destacando-se a Bahia, Goiás, Minas Gerais, o Paraná, o Rio de Janeiro e São Paulo. Notadamente, nesse grupo, encontram-se os estados de maiores economias da federação. Os diversos incentivos fiscais e para-fiscais em conjunto do abundância de determinadores fatores produtivos, a exemplo mão de obra barata e não sindicalizada, contribuíram para realocização de determinados empreendimentos industriais, em particular, os intensivos em mão de obra.

O presente artigo tem por objetivo verificar possíveis alterações no padrão locacional do setor industrial no Sudeste e Nordeste do País, durante os governos FHC e Lula. Para tanto, será empregado o coeficiente locacional de Hoover e o emprego formal como variável de análise.

Após esses aspectos introdutórios, torna-se importante ressaltar que o estudo se encontra dividido em mais quatro itens. A seguir, faz-se a apresentação dos fundamentos teóricos principais do artigo; na sequência, mostram-se os procedimentos metodológicos da pesquisa; posteriormente, analisam-se os resultados obtidos por ocasião da utilização do quociente locacional de Hoover; na última seção, algumas considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As inversões realizadas nas áreas periféricas possuíam aspectos complementares a indústria da Região Sudeste e mais especificamente a indústria paulista, assim como, os benefícios das referidas inversões se concentraram nas áreas mais dinâmicas das regiões periféricas, também conhecidas por ilhas dinâmicas (BAHIA, PERNAMBUCO, CEARÁ). No Brasil a política de desconcentração foi desenvolvida até finais da década de 1970, que segundo Caiado (2002) contribui para a desconcentração produtiva até meados da década de 1980, como também, prolongou o crescimento econômico mesmo em um período de crise, sendo estes dois fenômenos frutos do amadurecimento dos investimentos do II PND.

Entretanto, Saboia (2000) aponta que ao longo da década de 1990, houve transformações significativas na localização da indústria nacional, embora que esta desconcentração ocorra em direção a alguns estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O processo do desenvolvimento econômico do Brasil, segundo Abel e Nunes (2009), pode ser entendido através de um modelo onde as riquezas estão concentradas em atividades produtivas organizadas especialmente no Sudeste do Brasil, processo esse que faz com que as demais regiões desfrutem de um desnível acentuado.

A desconcentração industrial é um processo que, segundo Pacheco (1999), tende a ter certa continuidade em direção ao interior de São Paulo e aos principais estados do Sul e do Sudeste, desconcentrando até mesmo para o Nordeste, no caso das indústrias que necessitam de um grande volume de mão de obra.

A afirmação é corroborada por Azevedo e Toneto Junior (2001), ao afirmarem que a tendência desconcentradora observada no período 1974/88 estaria acentuada, agora na década de 1990. Segundo os autores, os setores com abundância em trabalho migraram para regiões que ofereciam baixos salários, em

contrapartida que empregos em setores intensos em recursos naturais estariam movendo-se para as regiões com maior recurso natural disponível.

Para Saboia (2013), existe a confirmação de que o processo desconcentrador da indústria, continuou de forma clara e intensa nos anos 2000. Este processo beneficiava principalmente a região Sul do Brasil. Porém, por outro lado, houve um esvaziamento na indústria alocada na Região Metropolitana de São Paulo e em outras Regiões Metropolitanas do Sul/Sudeste.

Conforme Diniz e Campolina (2007 apud Saboia 2013), “no caso da Região Metropolitana de São Paulo, a queda da participação na produção industrial é compensada pela ampliação de seu papel como centro financeiro e de serviços modernos de apoio à indústria”.

As evidências da desconcentração industrial, mostram que a mesma acontece de forma mais intensiva no segmento ativo em recursos naturais e de forma contrária, mais suave no de intensivo capital (SILVA E NETO, 2009).

Para Fonseca et al. (2013), que aponta em seu estudo, o registro de uma controvérsia baseada no desempenho econômico do Brasil, a partir do Governo Lula (2003-2010). Ainda segundo o autor, economistas são possuidores de um discurso que enfatiza o que eles consideram ser altas taxas de crescimento, principalmente quando são levados em conta os oito anos anteriores do governo FHC.

Na história econômica, a desconcentração industrial foi vista de diversas formas. Segundo Caiado (2002) muitos dos efeitos da desconcentração produtiva dava-se proveniente de efeitos de políticas de incentivo ao desenvolvimento regional. Este desenvolvimento promovia investimento em indústrias e expandia a fronteira agrícola e ainda a grandes projetos como exemplo das hidrelétricas, siderúrgicas, químicos, entre outros. Este tipo de desconcentração era tido como um movimento desconcentrador de forma virtuosa onde através de grandes investimentos o crescimento econômico e a desconcentração produtiva eram notáveis.

No Brasil, como apontam Domingues e Ruiz (2006), foi verificado um desenvolvimento fora das aglomerações no período entre 1978 a 1998. Esse desenvolvimento gerou diversas alterações nas maiores aglomerações econômicas do país, como por exemplo, Rio de Janeiro, que perderia o posto de “capital política e econômica” para São Paulo, entre outras.

Guimarães Neto (1989 p. 131) tem sua tese centrada “no entendimento de que a rentabilidade proporcionada pelos subsídios ao capital desempenhou um papel decisivo no aumento do investimento no Nordeste”. Este pensamento corrobora com Caiado (2002), em que o movimento desconcentrador era tido como de forma espúria, tendo como objetivo ampliar ou até manter a competitividade. Este processo era realizado através da redução de custos com salários reduzidos, através da redução das cargas tributárias e muitas vezes por subsídios realizados pelos governos.

Mesmo mediante desse movimento desconcentrador, a região Sudeste, em especial São Paulo ainda é o centro dinâmico do capital e dos investimentos. Para Silva e Neto (2009) apesar de todo esse movimento de desconcentração, o emprego formal da indústria de transformação estaria ainda concentrado nas regiões Sul e Sudeste.

Para Lautert e Araújo (2007), grupos que dispõem de maior conteúdo tecnológico em especial produtores de bens intermediários e capital estariam com uma concentração maior, em contrapartida, os grupos que fazem parte da indústria chamada tradicional – que correspondem em geral, os produtores de bens de consumo não duráveis – se apresentavam com um índice menor de concentração.

Desta forma, como demonstra Cano (1998; 2007), houve sim um movimento de desconcentração, mas o motor da economia continuava sendo o estado de São Paulo e a região Sudeste, pois a mesma ainda recebia a maioria dos investimentos, portanto, a concentração ainda é realidade. Essa inflexão dava-se devido a diversos fatores, tais como: o caso com as políticas desenvolvimentistas no cenário regional, debilidade fiscal e financeira dos governos estaduais e federal, localização em São Paulo de principais investimentos em informática, automação, etc.

Baseado em todo esse arcabouço empírico, segundo Resende e Williy (2005), é notório a heterogeneidade presente entre as regiões, que afetarão os processos de concentração e desconcentração industrial do país. Sem esquecer também, como afirma Hirschman (1961), que alguns países possuem o êxito inicial no progresso e na concentração industrial devido à sorte ou fatores ambientais, que muitas vezes são esquecidos e substituídos pelas suas maneiras de agir em relação às qualidades morais superiores.

Por fim, como explica Abel e Nunes (2009), esse movimento de concentração e desconcentração muitas vezes sofre influencia das políticas públicas, em especial as políticas fiscais, que ficaram conhecidas como “guerra fiscal”. Desta forma, “através dessa política, o processo de (re)localização espacial da indústria, proporcionado por políticas de reestruturação produtiva, garantiria a promoção do desenvolvimento nacional com mais equidade e equilíbrio” (ABEL E NUNES, 2009, p. 317).

3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

A presente seção tem por escopo descrever os procedimentos metodológicos a serem empregados no presente trabalho, com o intuito de atingir o objetivo almejado e especificado na introdução. Para tanto, se faz necessário apresentar alguns aspectos importantes relacionados ao tratamento dos dados, assim como, do quociente locacional de Hoover.

3.1 Estratégia metodológica e fonte de dados

O presente trabalho apresenta como estratégia metodológica o emprego do quociente locacional de Hoover, a fim de avaliar possíveis alterações no padrão locacional das atividades nas regiões Sudeste e Nordeste durante os anos de 1995 a 2010. Neste sentido, foram empregados dados de origem secundária, correspondentes ao emprego formal na indústria na região Sudestes e Nordeste, para os anos de 1995, 2002, 2003 e 2010, o qual corresponde aos anos iniciais e finais dos governos FHC e Lula. Os referidos dados são procedentes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que podem ser obtidas junto ao site do ministério do trabalho.

3.2 Quociente de localização

O quociente locacional, desenvolvido a princípio por Hoover (1936), tem por escopo avaliar a participação relativa de determinada atividade industrial i , em uma área ou região j , tomando como referência a distribuição desta atividade industrial i no espaço no qual a região j esta inserida. A aplicação do referido coeficiente permite identificar os setores indústrias os quais cada região em análise concentra sua economia. A mensuração do quociente locacional tem como variável chave o emprego formal na indústria, o mesmo pode ser representado como abaixo:

$$QL = \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} / \frac{\sum_i E_{ij}}{\sum_j \sum_i E_{ij}} \quad (1)$$

Onde: E_{ij} = número de empregados na atividade i na região j ;

$\sum_j E_{ij}$ = número de empregados no setor i em todas as regiões;

$\sum_i E_{ij}$ = número de empregados em todas as atividades da região j ;

$\sum_j \sum_i E_{ij}$ = número de empregados em todas as atividades em todas as regiões.

Com efeito, atividades que apresentarem coeficientes locais superiores a um ($QL > 1$), indicara que, relativamente à área de referência, o setor industrial i do estado j é relativamente mais importante em termos de emprego para o estado do que para o País ao qual pertence. Por outro lado, às atividades que obtiverem um coeficiente inferior a um ($QL < 1$), o setor industrial em análise é relativamente menos importante em termos de emprego para o estado do que para o País a que pertence.

Silveira (2005) aponta que mesmo por sua simplicidade, o mesmo apresenta algumas propriedades desejáveis, entre estas a vantagem de possibilidade de elaborar comparações dos níveis de concentração de inúmeros segmentos da indústria.

4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS OBTIDOS

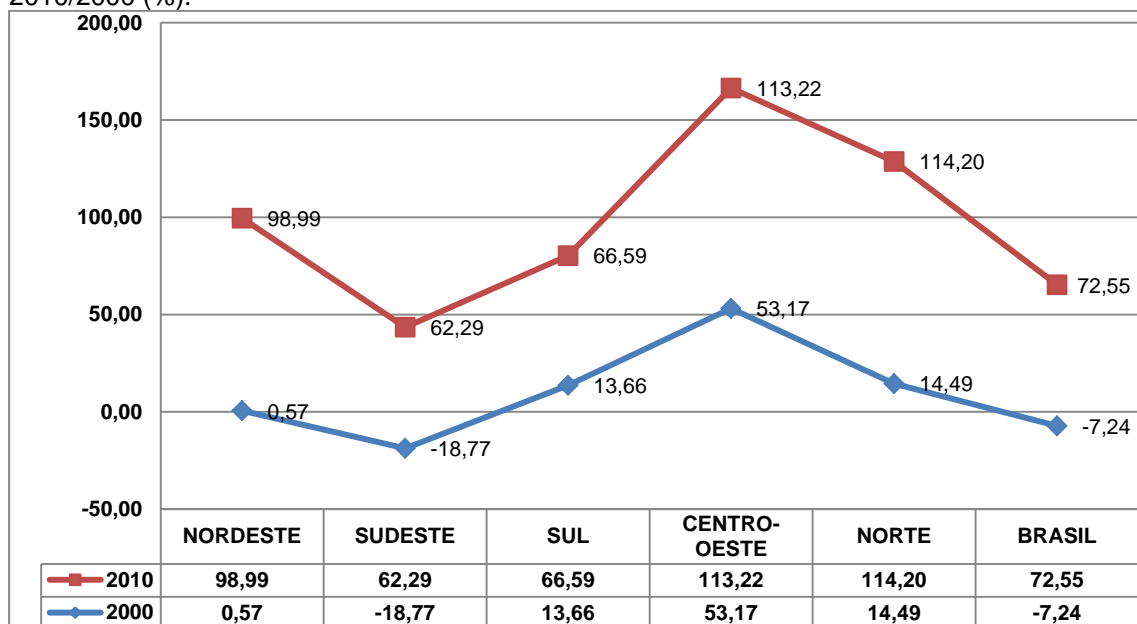
O emprego na indústria brasileira em 1995 concentrava-se no Sudeste que respondia por mais de 60% de todos os vínculos formais. Em geral, ao observar os dados do período, constata-se que dos quinze subsetores estabelecidos pelo IBGE para a indústria, o Sudeste empregava mais de 50% em doze. Somente três subsetores, todos tradicionais, de baixo nível de inserção tecnológica e intensivo em mão de obra não eram hegemônicos pelo Sudeste. O subsetores da indústria da madeira e do mobiliário (33,9%), dos calçados (31,6%) e de produtos alimentícios, bebidas e álcool (46,7%) foram os únicos que apresentaram uma participação menor no volume de vínculos formais de emprego.

Essa hegemonia na concentração do emprego industrial, relativamente foi reduzida nos anos seguintes de governo de FHC. Pois, embora o Brasil tenha aumentado em mais de 286 mil os vínculos formais no setor industrial, o referido setor no Sudeste reduziu-se em quase 300 mil vínculos, implicando assim, em uma queda de mais de -7,7% no Sudeste. Esse declínio relativo e absoluto dos postos de trabalho no Sudeste foi compensado pelo crescimento em outras regiões, possibilitando assim que o Brasil apresentasse um crescimento de 4,4%. Esse

declínio relativo e absoluto do estoque de vínculos formais do Sudeste implicou em uma redução no volume de sua participação no total de vínculos do Brasil, que se reduziu de 60,3% para 53,3%.

Ao fim do período FHC, o Sudeste ainda detinha maior parte dos vínculos formais indústrias em 12 dos 15 subsetores da indústria. Essa dinâmica pode ser vista no gráfico 2, o qual mostra o desempenho do mercado de trabalho formal nas regiões do Brasil. É notório que no período do Governo Lula, ocorreu um aumento significativo do emprego em relação ao Governo anterior.

GRÁFICO 1 – CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL, NA INDÚSTRIA, NO BRASIL: 2000/1990 E 2010/2000 (%).



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

O gráfico 2 mostra o crescimento do emprego em 2000 quando comparado com 1990 e em 2010 comparando-se com os dados do emprego de 2000. O crescimento do emprego industrial nos anos 2000 foi maior do que em 1990, isso mostra que há uma recuperação no emprego formal, com aumento na quantidade de postos de trabalhos formais em direção às outras regiões do Brasil, pois não só os estabelecimentos, mas também os empregos formalizados estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul.

Entre 2002 e 2003, o aumento no emprego formal foi positivo mas muito pequeno, e no período Lula (2003-2010) esse aumento cresceu significativamente. No Brasil, o setor industrial aumentou em mais de 4,1 milhões de empregos e no Sudeste mais de 2,0 milhões. Esse dado já demonstra que as políticas públicas implementadas pelo governo Lula foram para o País e para o Sudeste, no ponto de vista da ampliação dos vínculos formais industriais, superiores que as do período FHC. Mesmo assim, o Sudeste continuou perdendo participação relativa no total do emprego industrial. Em 2002, o Sudeste respondia por 53,3% e em 2010 apenas 51,7% dos vínculos formais na indústria. Declínio relativo devido ao aumento absoluto dos vínculos já mencionados. Nesse segundo período o incremento na indústria do Sudeste foi de mais de 56,8% e no Brasil mais de 60,7%.

O diferencial explica a perda relativa do Sudeste frente ao restante do Brasil. Vale ressaltar, que em 2010 são cinco os subsetores industriais do Sudeste que detêm menos de 50% dos vínculos formais totais do País. Acresceram-se os subsetores têxteis, de vestuário e artefatos de tecido e o da construção civil. As diversas explicações qualitativas para as perdas do Sudeste. Destacam-se as questões da terceirização, quarteirização, inserção tecnológica, etc. Mas esse debate foge aos limites desse trabalho, e essas questões também atingem ademais regiões, mesmo que em intensidade diferente.

Situação inversamente ocorre com o Nordeste. Em 1995, a região respondia por 12,2% dos vínculos formais industriais do País. Nenhum dos subsetores apresentava um quarto ou mais de vínculos totais. O subsetor mais empregador era a tradicional indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. Poucas foram as mudanças no período FHC. A participação relativa da região nos vínculos formais totais da indústria aumentou de 12,2% para 13,9%. A grande mudança foi a participação na indústria calçadista que de 7% aumentou para mais de 22%. Esse subsetor, intensivo em mão de obra foi o que mais cresceu devido principalmente a realocização dos empreendimentos do Sudeste para o Nordeste. Em 2010, o subsetor calçadista nordestino já era responsável por um em cada três vínculo formal no subsetor brasileiro.

A participação total da indústria nordestina alcança 15,8% dos vínculos formais totais da indústria brasileira. Dos subsetores industriais apenas o extrativo mineral e o de produtos alimentícios, bebidas e álcool apresentaram declínio relativo em suas participações no quantum nacional. Os demais 13 subsetores apresentaram crescimento.

4.1 Apresentação do Índice de Hoover

A tabela 01 mostra a quantidade de aglomerações econômicas e sua evolução no Nordeste para o período de 1995 a 2010. Em 1995 os segmentos com maiores aglomerações na Região eram a construção civil, com a Bahia liderando com 42736 empregos formais, e os serviços industriais de utilidade pública, com um total de 8 cada um. Alagoas foi o único estado que apresentou índice inferior a 1.

A indústria de alimentos só não apresenta representatividade no Maranhão e no Piauí. Quanto à extração mineral o estado com maior representatividade é o Rio Grande do Norte. Em 2002 a perda ocorreu no estado do Ceará, em termos absolutos foram mais de 300 empregos diretos, provocando uma redução da participação relativa no estado.

TABELA 01 – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE AGLOMERAÇÃO ECONÔMICA SEGUNDO OS SUBSETORES DA INDÚSTRIA NO NORDESTE – 1995-2010.

SUBSETORES	NORDESTE							
	1995	2002	Saldo	Evolução %	2003	2010	Saldo	Evolução %
EXTR MINERAL	5	4	-1	-20,0	5	3	-2	-40,0
MIN NAO MET	7	7	0	0,0	7	7	0	0,0
IND METALURG	1	1	0	0,0	1	0	-1	-100,0
IND MECANICA	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
ELET E COMUM	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
MAT TRANSP	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
MAD E MOBIL	1	1	0	0,0	1	0	-1	-100,0
PAPEL E GRAF	0	1	1	0,0	0	0	0	0,0
BOR FUM COUR	1	0	-1	-100,0	1	0	-1	-100,0
IND QUIMICA	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
IND TEXTIL	5	5	0	0,0	5	3	-2	-40,0
IND CALCADOS	2	3	1	50,0	3	4	1	33,3
ALIM E BEB	7	7	0	0,0	7	2	-5	-71,4
SER UTIL PUB	8	6	-2	-25,0	7	7	0	0,0
CONSTR CIVIL	8	7	-1	-12,5	7	7	0	0,0
TOTAL NE	46	43	-3	-6,5	45	34	-11	-24,4

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

Quanto aos saldos, 2002 em relação a 1995, em números absolutos as maiores perdas ocorreram nos estados mais ricos da região. Pernambuco perdeu 22,3 mil empregos, Bahia 8,5 mil, nesses estados a maior perda de postos de trabalho ocorreu na indústria de alimentos. No Ceará a quantidade de empregos que deixaram de existir foi de 3,7 mil apenas na construção civil.

No que se refere à evolução em alguns segmentos permanecerem inalterados ou com evolução negativa, percebe-se que apenas o Pernambuco teve a sua participação absoluta reduzida e foi o estado que mais sofreu perdas de postos de trabalho. No total de perdas para a Região foi de aproximadamente 50,4 mil empregos apenas no setor industrial. Tais reduções ocorreram em todos os estados do Nordeste e em 13 dos 15 segmentos da indústria, ou seja, os segmentos que não apresentaram perdas foram a indústria de produtos minerais não metálicos e a indústria metalúrgica.

Quanto ao período de 2003 a 2010 a redução no saldo não significa efetivamente que ocorreram perdas absolutas. Pois as perdas foram apenas 799 em todo o Nordeste, nos estados do Maranhão 311(indústria da madeira e do mobiliário), Paraíba na indústria do material elétrico (99) e no material de transporte (3), em Alagoas as perdas se concentraram na indústria da borracha (164) e na indústria têxtil (222). Isso mostra que o emprego no setor industrial do Nordeste no período 2003 a 2010 foi redistribuído nos demais segmentos do setor em todos os estados nordestinos.

A tabela 02 mostra a quantidade de aglomerações econômicas e sua evolução no Sudeste para o período de 1995 a 2010. No período de 1995 a 2002 os segmentos com maiores aglomerações na Região eram a Indústria metalúrgica e a indústria têxtil, com maior concentração relativa no estado de Minas gerais. Diferente

do Nordeste, a Região Sudeste apresenta aglomerações em todos os segmentos do setor e com 12 segmentos com saldo zero, enquanto no Nordeste esse quantitativo era de 9. Nesse período a perda de empregos no setor foi num total de 403465 pessoas desempregadas.

TABELA 02 – EVOLUÇÃO DA AGLOMERAÇÃO ECONÔMICA SEGUNDO OS SUBSETORES DA INDÚSTRIA NO SUDESTE – 1992-2010.

SUBSETORES	SUDESTE							
	1995	2002	Saldo	Evolução %	2003	2010	Saldo	Evolução %
EXTR MINERAL	2	3	1	50,0	3	2	-1	-33,3
MIN NAO MET	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
IND METALURG	4	3	-1	-25,0	3	4	1	33,3
IND MECANICA	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
ELET E COMUM	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
MAT TRANSP	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
MAD E MOBIL	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
PAPEL E GRAF	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
BOR FUM COUR	2	2	0	0,0	2	2	0	0,0
IND QUIMICA	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
IND TEXTIL	4	2	-2	-50,0	2	4	2	100,0
IND CALCADOS	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
ALIM E BEB	1	1	0	0,0	1	1	0	0,0
SER UTIL PUB	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
CONSTR CIVIL	3	3	0	0,0	3	3	0	0,0
INDÚSTRIA SE	35	33	-2	-5,7	33	35	2	6,1

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

No período de 2003 a 2010, diferente do período anterior, apenas duas atividades apresentam redução na quantidade absoluta de empregos, a extração mineral no Espírito Santo e a indústria de material elétrico e de comunicação no Rio de Janeiro. Nos demais segmentos do Sudeste o crescimento absoluto foi significativo. Para o Nordeste o crescimento pode ser visto ao comparar os Quadros 08 e 10, os quais mostram que ocorreu uma diversidade da produção no final do período em análise. Nessa redistribuição das atividades os ganhos foram maiores que as perdas, pois, dos 9 estados da Região as reduções de empregos foram pequenas.

A descentralização produtiva como face da reestruturação produtiva que se caracterizou por ser mais uma realocação industrial do que uma descentralização de capitais. Isso deve-se ao fato de a descentralização do principal centro produtor brasileiro ter ocorrido, em grande parte, dentro do próprio território, ou seja, as indústrias relocaram algumas plantas para cidades do interior, próximas à capital ou à região metropolitana de São Paulo.

O Nordeste pouco ganhou com esse processo de realocação industrial no período de governo FHC. O ganho foi concentrado nos principais estados da região, além de vincular-se muito mais a setores tradicionais e intensivos em trabalho, em particular a indústria calçadista (AUTOR 2). Mas isso tem sido uma constatação não

apenas no Brasil, afinal Leborgne e Lipietz (1994) já avisavam que nem todas as regiões ganham em países que ganham, e algumas regiões ganham nos países que perdem. Nesse contexto, afirmam ainda que as regiões que tendem a ganhar são regiões urbanas, no caso do Nordeste, as ganhadoras foram às cidades médias e as que estavam próximas às regiões metropolitanas.

É necessário lembrar que os ganhos são essencialmente em empregos, empresas e produção. Outros ganhos existem, mas são limitados principalmente pelas perdas impostas ao município, ao Estado, ao meio ambiente, à fiscalidade e ao país em geral. As perdas relacionam-se às externalidades negativas, às deseconomias de aglomeração, como, por exemplo, à poluição, à renúncia fiscal, ao aumento dos preços, e às pressões sobre a infraestrutura. Em geral, o Nordeste beneficiou-se muito mais com a desconcentração industrial, ocorrida nos anos 1970 e 1985, do que a desconcentração recente (CANO, 2007).

5 CONCLUSÃO

No período compreendido entre 1995 e 2002, o emprego formal nas duas regiões obteve redução em quase todos os segmentos do setor industrial. No caso do Governo Lula as perdas foram ínfimas quando comparadas ao Governo anterior. Ocorreu uma diversificação da produção entre os estados do Nordeste.

Quanto ao período de 2003 a 2010 a redução no saldo não significa efetivamente que ocorreram perdas absolutas. Pois as perdas foram apenas 799 em todo o Nordeste, nos estados do Maranhão 311(indústria da madeira e do mobiliário), Paraíba na indústria do material elétrico (99) e no material de transporte (3), em Alagoas as perdas se concentraram na indústria da borracha (164) e na indústria têxtil (222). Isso mostra que o emprego no setor industrial do Nordeste no período 2003 a 2010 foi redistribuído nos demais segmentos do setor em todos os estados nordestinos.

A tabela 02 mostra a quantidade de aglomerações econômicas e sua evolução no Sudeste para o período de 1995 a 2010. No período de 1995 a 2002 os segmentos com maiores aglomerações na Região eram a Indústria metalúrgica e a indústria têxtil, com maior concentração relativa no estado de Minas gerais. Diferente do Nordeste, a Região Sudeste apresenta aglomerações em todos os segmentos do setor e com 12 segmentos com saldo zero, enquanto no Nordeste esse quantitativo era de 9. Nesse período a perda de empregos no setor foi num total de 403465 pessoas desempregadas.

No período de 2003 a 2010, diferente do período anterior apenas duas atividades apresentam redução na quantidade de empregos, a extração mineral no Espírito Santo e a indústria de material elétrico e de comunicação no Rio de Janeiro. Nos demais segmentos do Sudeste o crescimento absoluto foi significativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL da S. F., L., NUNES. de Q., S. *Políticas de concentração ou desconcentração industrial no território cearense?* Administração Pública e Gestão Social, out/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/20/110>>. Acesso em: 17 Mai. 2014.

AUTOR 2

AZEVEDO, P. F., TONETO JÚNIOR, R. “Relocalização do emprego industrial formal no Brasil na década de 90”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 1, abr. 2001.

BRITO, Adriana Fernandes; BONELLI, Regis. “Políticas industriais descentralizadas: as experiências europeias e as iniciativas subnacionais no Brasil”. In. *Planejamento e Políticas Públicas*. V. 01, n. 01, Brasília, jun. de 1997

CAIADO, A. S. C. *Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): Pausa ou Retrocesso?* Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas: 2002.

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995)* Campinas, IE/UNICAMP, 1998

_____. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: UNESP, 2007.

DOMINGUES, E. P. RUIZ, R. M. “Aglomerações industriais e tecnológicas: origem do capital, inovação e localização”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 3 (28), p. 515-543, dez. 2006.

FONSECA, P. C. D., CUNHA, A. M., BICHARA, J. da S. “O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimento?” *Nova economia*. vol. 23 N°. 2 Belo Horizonte. May/Aug. 2013.

GUIMARÃES NETO, L. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1989.

LAUTERT, V. ARAUJO, N. C. M. de. “Concentração industrial no Brasil no período 1996-2001: uma análise por meio do índice de Ellison e Glaeser (1994)”. *Econ. Apl.* [online]. 2007, vol.11, n.3, pp. 347-368. ISSN 1413-8050.

LIPIETZ, Alain. “Flexibilidad ofensiva, flexibilidad defensiva. Dos estrategias sociales en la producción de los nuevos espacios económicos”. In: BENKO, George e LIPIETZ, Alain. *Lãs Regiones que Ganar*, València: Alfons el Magnànim, 1994.

LERBORGNE, D. LIPIETZ, A. “Flexibilidad ofensiva, flexibilidad defensiva. Dos estrategias sociales en la producción de los nuevos espacios económicos”. In:

BENKO, George e LIPIETZ, Alain. *Lãs Regiones que Ganar, València*: Alfons el Magnànim, 1994.

NETO, R. da. M. S., SILVA, M. V. B. da. “Dinâmica da concentração da atividade industrial no Brasil entre 1994 e 2004: uma análise a partir de economias de aglomeração e da nova geografia econômica”. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 2, 2009, pp. 299-331.

OLIVEIRA, Francisco de. “A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul.1990.

PACHECO, C. A. “Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial”. *Texto para Discussão*, n. 633. IPEA, Brasília, mar. 1999.

SABOIA. J. “Desconcentração industrial do Brasil nos anos 90: Um enfoque regional”. *Pesquisa e planejamento econômico*. Vol. 0, n. 1, p. 69-116. Rio de Janeiro. Abr. 2000.

_____ “A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000”. *Nova Economia*. Belo Horizonte. Maio-agosto. 2013.

SILVA, M. V. B. da. SILVEIRA N., Raul da Mota. “Dinâmica da concentração da atividade industrial no Brasil entre 1994 e 2004: uma análise a partir de economias de aglomeração e da nova geografia econômica”. *Econ. Apl.* [online]. 2009, vol.13, n.2, pp. 299-331. ISSN 1413-8050.

VARSANO, Ricardo. “A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde”. In. *Planejamento e Políticas Públicas*. V. 01, n. 01, Brasília, jun. de 1997.

ANEXOS

QUADRO 01 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: ÍNDICE DE LOCALIZAÇÃO DE HOOVER PARA O NORDESTE – 1995.

SUBSETORES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
EXTR MINERAL	0,75	4,35	1,18	5,84	0,82	0,46	0,28	1,70	2,34
MIN NAO MET	1,25	1,32	0,72	1,26	1,32	1,08	0,29	1,65	1,07
IND METALURG	1,20	0,21	0,48	0,06	0,21	0,37	0,10	0,19	0,52
IND MECANICA	0,51	0,02	0,19	0,17	0,07	0,16	0,06	0,03	0,14
ELET E COMUM	0,00	0,03	0,28	0,00	0,21	0,86	0,02	0,02	0,15
MAT TRANSP	0,25	0,10	0,09	0,05	0,04	0,17	0,06	0,27	0,07
MAD E MOBIL	2,50	0,86	0,44	0,32	0,21	0,29	0,13	0,45	0,56
PAPEL E GRAF	0,77	0,58	0,53	0,44	0,63	0,61	0,34	0,41	0,86
BOR FUM COUR	0,30	1,22	0,47	0,31	0,66	0,38	0,45	0,39	0,82
IND QUIMICA	0,40	0,44	0,51	0,33	0,44	0,65	0,31	0,18	1,46
IND TEXTIL	0,15	1,55	2,20	1,72	1,26	0,84	0,21	1,83	0,60
IND CALCADOS	0,00	0,03	1,42	0,11	3,26	0,20	0,03	0,76	0,05
ALIM E BEB	0,89	0,81	1,39	1,70	1,71	2,60	4,65	1,20	1,25
SER UTIL PUB	3,18	2,35	1,17	1,87	1,62	1,30	0,81	2,08	2,00
CONSTR CIVIL	1,53	1,60	1,30	1,15	1,21	1,05	0,47	1,64	1,60

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

QUADRO 02 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: ÍNDICE DE LOCALIZAÇÃO DE HOOVER PARA O NORDESTE – 2002.

SUBSETORES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
EXTR MINERAL	0,76	2,42	0,73	4,28	0,94	0,35	0,30	2,04	2,46
MIN NAO MET	1,76	1,91	0,89	1,55	1,57	1,20	0,30	1,78	1,13
IND METALURG	1,45	0,27	0,43	0,21	0,27	0,48	0,10	0,23	0,50
IND MECANICA	0,06	0,08	0,27	0,19	0,13	0,17	0,08	0,25	0,42
ELET E COMUM	0,09	0,10	0,29	0,01	0,16	0,85	0,00	0,08	0,33
MAT TRANSP	0,17	0,33	0,16	0,05	0,06	0,18	0,04	0,19	0,40
MAD E MOBIL	1,26	0,61	0,42	0,28	0,21	0,29	0,12	0,34	0,42
PAPEL E GRAF	1,02	0,55	0,54	0,47	0,79	0,74	0,24	0,46	0,72
BOR FUM COUR	0,45	0,49	0,66	0,20	0,94	0,32	0,31	0,31	0,85
IND QUIMICA	0,54	0,43	0,42	0,38	0,39	0,70	0,27	0,49	1,21
IND TEXTIL	0,18	1,09	2,20	2,85	1,46	0,75	0,19	1,17	0,68
IND CALCADOS	0,01	0,01	4,91	0,57	2,39	0,19	0,03	0,58	1,52
ALIM E BEB	0,59	1,00	1,03	1,14	1,24	2,15	4,63	1,34	0,85
SER UTIL PUB	2,85	2,40	0,79	0,88	2,28	1,60	0,78	1,94	1,63
CONSTR CIVIL	2,18	1,99	0,89	1,18	1,27	1,41	0,60	1,82	1,76

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

QUADRO 03 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: ÍNDICE DE LOCALIZAÇÃO DE HOOVER PARA O NORDESTE – 2003.

SUBSETORES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
EXTR MINERAL	0,53	1,22	0,52	4,34	1,02	0,41	0,26	2,01	2,35
MIN NAO MET	2,01	2,05	0,87	1,44	1,50	1,19	0,28	1,80	1,17
IND METALURG	1,56	0,30	0,40	0,16	0,29	0,52	0,10	0,23	0,45
IND MECANICA	0,13	0,11	0,21	0,35	0,16	0,20	0,07	0,23	0,50
ELET E COMUM	0,11	0,06	0,24	0,05	0,22	0,77	0,00	0,13	0,33
MAT TRANSP	0,17	0,40	0,16	0,06	0,05	0,17	0,04	0,17	0,42
MAD E MOBIL	1,18	0,63	0,45	0,28	0,21	0,29	0,13	0,33	0,40
PAPEL E GRAF	0,98	0,60	0,62	0,51	0,77	0,83	0,26	0,50	0,67
BOR FUM COUR	0,46	0,65	0,66	0,19	1,08	0,37	0,19	0,31	0,87
IND QUIMICA	0,69	0,48	0,45	0,44	0,43	0,76	0,30	0,50	1,21
IND TEXTIL	0,21	1,13	2,16	2,42	1,51	0,76	0,15	1,22	0,67
IND CALCADOS	0,00	0,03	5,21	0,66	2,32	0,08	0,02	0,48	1,86
ALIM E BEB	0,67	1,13	1,03	1,16	1,17	2,10	4,45	1,29	0,85
SER UTIL PUB	2,66	2,44	0,72	1,00	2,63	1,62	0,72	1,98	1,58
CONSTR CIVIL	2,09	1,87	0,88	1,42	1,20	1,39	0,66	1,90	1,78

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

QUADRO 04 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: ÍNDICE DE LOCALIZAÇÃO DE HOOVER PARA O NORDESTE – 2003.

SUBSETORES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
EXTR MINERAL	0,83	0,55	0,41	3,54	0,57	0,34	0,29	2,96	1,65
MIN NAO MET	1,89	1,97	0,96	1,51	1,65	1,20	0,33	1,47	1,15
IND METALURG	0,67	0,35	0,59	0,33	0,30	0,45	0,12	0,22	0,59
IND MECANICA	0,27	0,12	0,27	0,19	0,20	0,25	0,15	0,35	0,42
ELET E COMUM	0,07	0,08	0,22	0,08	0,10	0,51	0,02	0,08	0,42
MAT TRANSP	0,09	0,35	0,23	0,06	0,02	0,39	0,03	0,12	0,37
MAD E MOBIL	0,60	0,63	0,56	0,36	0,42	0,43	0,14	0,54	0,49
PAPEL E GRAF	0,55	0,47	0,67	0,45	0,88	0,75	0,24	0,51	0,75
BOR FUM COUR	0,40	0,46	0,77	0,20	0,66	0,31	0,11	0,51	0,89
IND QUIMICA	0,63	0,54	0,47	0,71	1,13	0,89	0,59	0,92	0,85
IND TEXTIL	0,12	0,80	2,24	2,64	1,22	0,79	0,10	0,93	0,61
IND CALCADOS	0,01	0,05	5,95	0,19	3,75	0,18	0,03	2,31	3,03
ALIM E BEB	0,54	0,77	0,79	0,87	0,96	1,71	4,08	0,77	0,71
SER UTIL PUB	1,69	2,08	0,58	1,32	1,82	1,29	0,91	2,06	1,23
CONSTR CIVIL	2,53	2,13	0,99	1,32	1,21	1,50	0,89	1,56	1,65

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

QUADRO 05 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: ÍNDICE DE LOCALIZAÇÃO DE HOOVER PARA O SUDESTE – 1995 E 2002.

SUBSETORES	MG		ES		RJ		SP	
	1995	2002	1995	2002	1995	2002	1995	2002
EXTR MINERAL	2,71	2,27	3,44	5,36	0,93	2,10	0,36	0,33
MIN NAO MET	1,28	1,16	2,66	2,79	0,93	0,95	0,91	0,91
IND METALURG	1,71	1,58	1,04	0,99	1,18	1,04	1,19	1,27
IND MECANICA	1,07	1,17	0,37	0,54	0,57	0,61	1,50	1,58
ELET E COMUM	1,34	1,28	0,18	0,13	0,53	0,51	1,49	1,50
MAT TRANSP	2,80	2,29	0,13	0,09	0,69	0,73	1,74	1,79
MAD E MOBIL	1,95	2,34	0,96	0,96	0,39	0,29	0,56	0,52
PAPEL E GRAF	1,72	1,57	0,88	0,74	1,36	1,20	1,22	1,33
BOR FUM COUR	1,65	1,45	0,27	0,26	0,95	0,98	1,25	1,28
IND QUIMICA	2,22	3,27	0,25	0,36	1,44	1,40	1,38	1,45
IND TEXTIL	6,59	6,80	1,03	1,10	1,07	0,99	1,03	0,93
IND CALCADOS	1,45	1,25	0,46	0,29	0,13	0,05	0,54	0,53
ALIM E BEB	8,24	8,02	0,96	0,72	0,79	0,73	0,74	0,75
SER UTIL PUB	3,37	2,67	1,01	1,03	1,66	1,79	0,67	0,76
CONSTR CIVIL	13,24	11,30	1,62	1,54	1,22	1,43	0,82	0,79

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

QUADRO 03 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL: ÍNDICE DE LOCALIZAÇÃO DE HOOVER PARA O SUDESTE – 2003 E 2010.

SUBSETORES	MG		ES		RJ		SP	
	2003	2010	2003	2010	2003	2010	2003	2010
EXTR MINERAL	2,11	2,71	6,01	3,44	2,33	0,93	0,31	0,36
MIN NAO MET	1,15	1,28	2,89	2,66	0,96	0,93	0,90	0,91
IND METALURG	1,63	1,71	0,98	1,04	1,05	1,18	1,26	1,19
IND MECANICA	1,20	1,07	0,75	0,37	0,62	0,57	1,54	1,50
ELET E COMUM	1,38	1,34	0,14	0,18	0,47	0,53	1,48	1,49
MAT TRANSP	2,32	2,80	0,14	0,13	0,86	0,69	1,76	1,74
MAD E MOBIL	2,31	1,95	0,95	0,96	0,28	0,39	0,50	0,56
PAPEL E GRAF	1,60	1,72	0,71	0,88	1,21	1,36	1,32	1,22
BOR FUM COUR	1,49	1,65	0,24	0,27	0,96	0,95	1,26	1,25
IND QUIMICA	3,37	2,22	0,34	0,25	1,32	1,44	1,45	1,38
IND TEXTIL	6,80	6,59	1,12	1,03	0,97	1,07	0,93	1,03
IND CALCADOS	1,43	1,45	0,28	0,46	0,05	0,13	0,53	0,54
ALIM E BEB	8,68	8,24	0,68	0,96	0,70	0,79	0,78	0,74
SER UTIL PUB	2,72	3,37	1,15	1,01	1,86	1,66	0,74	0,67
CONSTR CIVIL	10,70	13,24	1,47	1,62	1,48	1,22	0,79	0,82

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.